



O patrimônio histórico-cultural de Dourados em tempos de transformação social e urbana: uma análise através do movimento de preservação do clube social de Dourados (1984-1986)

MAIARA LAÍS PINTO *

1. Introdução

Este estudo está inserido dentro de um contexto social, econômico e político muito importante para o Brasil, era o final do período da ditadura-civil-militar e o início da reabertura democrática do país. Uma época de muita efervescência cultural e de uma ampla participação da sociedade.

No final da década de 1970 iniciou-se o processo de abertura política. Em 1979 tivemos o retorno de exilados ao país, uma maior movimentação social, a reforma partidária que permitiu a criação de novos partidos políticos, e a aprovação das eleições diretas para governadores em 1982, porém apesar destas ações os atentados e as perseguições continuaram por um tempo (RODRIGUES, 1994: 14-17).

Para Rodrigues (1994: 60-61), durante os anos 1980 os movimentos sociais não mais se organizavam clandestinamente e passaram a ocupar os lugares públicos, as assembleias dos trabalhadores eram realizadas em estádios ou praças, aglomerando multidões de pessoas. Outro movimento que ganhou força nesta década foram os movimentos sociais urbanos, que reivindicavam, principalmente, melhoras nos serviços urbanos.

A partir de 1983 iniciou a campanha das Diretas Já, em que a população, através de diferentes mobilizações, “gritava e cantava” pedindo a volta das eleições presidenciais e o fim do regime-civil-militar. Aponta-se que entre janeiro e abril de 1984 foram realizados comícios e passeatas em todo o país reunindo multidões de pessoas. Mesmo com toda a mobilização o Congresso Nacional não aprovou as eleições diretas e em 15/01/1985, através de eleições indiretas, o Colégio Eleitoral elegeu um civil como presidente da República: Tancredo Neves, porém este faleceu antes de assumir e quem tomou posse foi o vice-presidente: José Sarney, em 15/03/1985 (RODRIGUES, 1994: 17-19).

Durante a redemocratização tivemos várias transformações na gestão pública, dentre elas as relacionadas à gestão cultural e estruturas das instituições públicas de cultura. Ao

* Doutoranda em História pela Universidade Federal da Grande Dourados-PPGH/UFGD. Bolsista Capes/Cnpq.

analisar os estudos de Cunha (2005: 37-39), destacam-se como principais mudanças a criação de um Ministério da Cultura (1985), o qual se desvinculou do Ministério da Educação; e ainda, conforme Botelho (2000, p. 209 *apud* Cunha, 2005: 37), foi a partir de 1982 que se iniciaram as alterações nas políticas regionais que fortaleceram a “área cultural, exemplificado pela multiplicação das secretarias estaduais de cultura, anteriormente, em sua maioria, departamentos vinculados às secretarias de educação”.

Um dos símbolos deste processo de redemocratização foi a elaboração da nova constituição. A Assembleia Constituinte foi instalada no dia 1º de fevereiro de 1987, sendo que ao longo deste ano os deputados e senadores federais discutiram a nova constituição, que passou a vigorar a partir de 1988 (VIEIRA, 2000: 214).

No que se refere a atuação da sociedade brasileira sobre as questões relacionadas a preservação do patrimônio destaca-se que nas décadas de 1970 e 1980 existia uma ampla participação, ou seja:

No sentido do envolvimento da sociedade brasileira com a questão do patrimônio, é um aumento considerável no número de processos abertos a pedido de pessoas, grupos ou instituições externos ao IPHAN. Não só proprietários de imóveis, como também prefeituras, Assembleias Legislativas, e até mesmo grupos que se expressam através de abaixo-assinados entram com pedidos de tombamento federal. Outro aspecto significativo é a diversidade de bens que são apresentados para tombamento. Ao lado de igrejas, casas, palácios e mansões figuram inúmeras construções mais recentes e ligadas à vida moderna [...] (FONSECA, 1996: 157).

Com relação à política de preservação priorizava-se a proteção de monumentos isolados e a partir de 1980 tivemos uma valorização da preservação dos espaços de convívio e a recuperação de modos de viver de diferentes comunidades (FUNARI; PELEGRINI, 2006: 49-51).

A atuação dos brasileiros, seja nas manifestações através de organizações sindicais ou de movimentos associativos, e o fim do regime-civil-militar proporcionaram à população a volta da liberdade de expressão, e a atuação e participação ativa da sociedade foi fundamental para ter restabelecidos seus direitos e a integração destas nas políticas de preservação do patrimônio cultural.

Em 1977 foi criado o Estado de Mato Grosso do Sul, o primeiro governador foi o gaúcho Harry Amorim Costa, escolha está feita pelo então presidente do Brasil, o general Ernesto Geisel. Porém ele teve um mandato curto, de 1º de janeiro a 12 de junho de 1979,

quando foi demitido pelo novo presidente, o general João Figueiredo. Ressalta-se que nestes meses foi elaborada a primeira Constituição Estadual (CHAGAS, 2014: 57-61).

O segundo governador foi o Sr. Marcelo Miranda Soares (ARENA/Partido Democrático Social – PDS), sua gestão foi de 30 de junho de 1979 até 28 de outubro de 1980, sendo também demitido pelo general Figueiredo (CHAGAS, 2014: 61-68).

No final do ano de 1980 tomou posse como governador o Sr. Pedro Pedrossian (PDS), que teve sua gestão até 15 de março de 1983. Conforme apresentado por Chagas (2014: 69): “A ascensão de Pedrossian ao governo estadual, em novembro de 1980, encerra o período conturbado de crises e golpes políticos, como também fecha o ciclo de governadores nomeados pelo Executivo federal em Mato Grosso do Sul”.

Na primeira eleição estadual após a ditadura civil-militar, a qual coincide com a primeira eleição para governador no Mato Grosso do Sul, foi escolhido em eleições diretas, no pleito de 1982, o Dr. Wilson Barbosa Martins – PMDB, aliás, um governo de oposição à ditadura militar.

2. Alguns aspectos da política cultural do Estado do Mato Grosso do Sul

A criação do novo Estado de Mato Grosso do Sul (implantado oficialmente em 1979) deu início a um processo de criação ou fortalecimento de uma identidade sul-mato-grossense. Durante o governo do sr. Wilson Barbosa Martins foi lançado em novembro de 1983 a campanha “Patrimônio Histórico Cultural: Registro de Nossa Memória. Preserve”, que colocou na pauta das discussões dos sul-mato-grossenses os temas relacionados à história e a preservação do patrimônio histórico-cultural.

Para Ziliani (2000: 82) após a divisão do Estado duas temáticas foram recorrentes: a cultura e a formação cultural, sendo que:

Na direção da produção e afirmação da identidade para Mato Grosso do Sul, é criada a Fundação de Cultura, que estabelece em 1979, ano da instalação do 1º governo do Estado, uma política de ação popular, visando à integração cultural das regiões do Estado. Não houve tempo para a concretização das metas, pois Harry Amorim (o primeiro governador) foi deposto após seis meses de mandato, e o órgão responsável por gerir as questões ligadas à cultura é extinto (ZILIANI, 2000: 82-83).

Essa campanha pela preservação da memória cultural do MS foi lançada em Corumbá no dia 24/11/1983 e teve a presença de políticos, representantes das organizações Globo, do Ministério da Cultura, do Ministério da Educação/MEC e do governador do Estado. Nessa ocasião o governador assinou o Decreto para regulamentar a Lei nº 245, sobre a preservação do patrimônio histórico e artístico de MS, solicitou ao secretário de Desenvolvimento Social a realização de estudos para efetuar o “tombamento” de bens móveis e imóveis como: cadeia pública em Bela Vista, Forte Junqueira em Corumbá, cemitério dos Heróis da Retirada da Laguna em Jardim e o marco da feira do gado em Três Lagoas e realizada a doação dos acervos bibliográficos e do museu do Pantanal, pelo Dr. Gabriel Vandoni de Barros (*O Progresso*, 29/11/1983: 2).

Após a criação do novo Estado era preciso formar a identidade sul-mato-grossense, descobrir-se as “raízes” deste povo e valorizá-las. Em sua dissertação, Gilmar Lima Caetano discutiu o processo histórico no qual resultou a formação do que hoje convencionalmente chamamos de música regional sul-mato-grossense, ou música pantaneira. Para Caetano com a criação do novo estado existiu uma atuação tanto da esfera política quanto de esferas da sociedade na formação da identidade cultural:

a partir da criação do estado, quando aconteceu a desmontagem da antiga estrutura administrativa do Estado de Mato Grosso, passou a existir demandas de valorização de uma identidade cultural regional que não ficaram restritas apenas aos domínios políticos tradicionais, dissipando-se pelas mais variadas esferas da sociedade (CAETANO, 2012: 115).

Para Ziliani (2000: 85) foi após a eleição do Wilson Barbosa Martins que o estado teve a estabilização dos quadros políticos e nos setores ligados a “cultura e a produção cultural, esse fato representou um novo momento com a institucionalização de uma política cultural”.

A lei nº 422 de 6 de dezembro de 1983 criou a Fundação de Cultura de MS (FCMS), ou seja, tínhamos o primeiro governador eleito no Estado e vivíamos o período do final da ditadura civil-militar. Sobre a criação desta fundação neste período Caetano (2012: 129) menciona que:

Quando ela ocorre, de fato, estava aberto o espaço necessário para que os estados pudessem tomar as rédeas das políticas culturais postas em prática no intuito de valorizar as particularidades nas esferas regionais. Paulatinamente, os ideais de padronização nacional, de coesão social nacional e uniformização cederam lugar ao específico, ao local, ao singular.

Conforme reportagem publicada na Revista Executivo Plus, Augusto Assis[†], relatou que a criação da Fundação de Cultura surgiu num governo democrático, legítimo e devido aos esforços da comunidade artística e intelectual sul-mato-grossense. Em seu texto intitulado “Parto Cultural” Assis menciona ainda que a atuação da FCMS será “o grande instrumento do governo estadual para a ampla mobilização e conscientização do povo” e que ela será uma intermediadora “para resgatar o descaso do movimento cultural”.

Sobre o texto mencionado no parágrafo anterior Caetano (2012: 128) destaca:

Na realidade, o grande interesse era transformar a FCMS num organismo favorável ao governo estadual, representado pelo então governador Wilson Barbosa Martins (PMDB). E não poderia ser diferente, sobretudo porque ambos, governador e diretoria da FCMS, eram, em sua maioria, peemedebistas atuantes e influentes.

O primeiro presidente da Fundação foi José Otávio Guizzo, era um cineasta e pertencia ao grupo de artistas atuantes no estado. Inicialmente essa instituição elaborou um programa de trabalho, o qual consistia basicamente em:

a contínua promoção da qualificação dos recursos humanos existentes no universo cultural do Estado; descentralização espacial e interiorização das ações culturais da Fundação; apoio às ações e iniciativas culturais originadas na comunidade (ASSIS, 1984: 36; grifos meus).

Destaca-se o processo de “interiorização das ações culturais”, pois era preciso conhecer as demandas e a realidade do estado. Para atender a este objetivo, considerado o principal projeto para o primeiro ano da Fundação, foi planejada a realização dos Encontros Regionais de Cultura, e através deste:

*Buscarão definir o conteúdo concreto a ser perseguido pela ação governamental no campo da cultura.
Previstos para os meses de junho/julho, estes Encontros deverão resultar em indicações, sugestões, reivindicações e até mesmo reclamações de uma ação governamental mais objetiva no setor (ASSIS, 1984: 36).*

Os Encontros Regionais de fato aconteceram, as cidades-sede foram: Três Lagoas, Naviraí, Coxim, Ponta Porã, Dourados e Corumbá, os municípios mais próximos foram convidados a participar, bem como a sociedade daquela região.

[†] Atuou como Consultor da Comissão de Divisão do Estado de Mato Grosso e membro do PMDB local (CAETANO, 2012, 127).

Conforme o relatório da “Equipe Precursora”, a responsável pela divulgação, mobilização e infraestrutura dos encontros foram 9.360 km percorridos, num total de 64 cidades em 49 dias. Para esta equipe foi possível identificar e detectar aspectos e peculiaridades dos sul-mato-grossenses, e assim:

nos fazem afirmar taxativamente que, em matéria de cultura e patrimônio histórico, o nosso Estado é “pluri” e rico em informações que abrem imediatamente uma fronteira para a pesquisa, documentários, monografias e intercâmbio cultural. Em nosso entender, as maiores fontes de investimento nos setores (ENCONTROS REGIONAIS DE CULTURA, 1984).

Em Dourados o 1º Encontro Regional de Cultura foi realizado no dia 11/08/1984 no anfiteatro da Escola Imaculada Conceição, o principal assunto discutido foi a proposta do “tombamento histórico” do Clube Social, reivindicação esta encabeçada pelo Centro Acadêmico de Letras de Dourados – CALD (*O Progresso*, 11-12/8/1984).

3. O movimento independente pró-tombamento do Clube Social de Dourados

Antes de descrever sobre o movimento pró-tombamento do Clube Social é relevante apresentar algumas informações sobre esse espaço.

O Clube Social de Dourados ao longo das décadas de 1950 e 1960 foi o principal espaço no que concerne à sociabilidade das classes médias e altas, pois eram ali realizados os principais eventos. Sua inauguração aconteceu durante um baile de carnaval no dia 14/02/1953 (*O Progresso*, 15/02/1953: 6).

O terreno para a construção do Clube, localizado na parte central da cidade (Av. Joaquim Teixeira Alves) foi doado por Aral Moreira, porém o dinheiro para erguer o prédio foi conseguido através de um “mutirão” organizado pela sociedade douradense, através de festas, espetáculos em que o dinheiro arrecado era destinado para edificar o sonhado Clube. Menciona-se também que em 1951 a Assembleia Legislativa do então Estado do Mato Grosso, autorizou a doação de fundos para esta construção (*O Progresso*, 11-12/8/1984).

Com a inauguração do Clube Indaiá na década de 1970 a “alta classe” douradense passou a frequentar este novo espaço e o Clube Social foi abandonado, aponta-se que em 1984 este Clube foi arrendado e uma “discoteca” foi ali instalada (*O Progresso*, 11-12/8/1984).

Ainda sobre a utilização do espaço do Clube Social o prof. Wilson Biasotto (2014) relatou que em 1978, durante a ditadura militar, ele foi demitido da universidade e que como consequência o grupo de Teatro Universitário de Dourados – TUD que ele dirigia ficou sem “pátria”, pois ensaiavam no anfiteatro do Ceud. Assim, para continuar suas atividades passaram a utilizar o espaço do Clube Social, que estava meio abandonado, para realizar os ensaios e as apresentações do TUD. Ele destacou ainda que no clube existia um palco e um camarim muito bom.

Compreende-se que apesar do clube ter sido construído por uma elite e para eles frequentá-lo, quando este grupo deixou de utilizá-lo, a sociedade douradense de uma forma mais geral passou a conhecê-lo, seja através das atividades realizadas pela universidade, pelos jogos ou festas em discotecas.

Conhecer estas características do clube permite pensar este como um espaço de sociabilidade em Dourados, que atingiu diferentes públicos, em momentos diferentes, o que reflete também uma discussão sobre a estrutura urbana da cidade, além é claro de se pensar que estas pessoas tinham lembranças de momentos vividos neste espaço e muitas, imbuídas deste sentimento é que se sensibilizaram pelo tombamento do clube.

Como já citado anteriormente, este movimento pelo tombamento do Clube Social surgiu num contexto de ações do governo do estado que estava preocupado com a “identidade do povo sul-mato-grossense” e em várias reportagens dos jornais este aspecto foi mencionado.

Neste sentido destacam-se algumas informações encontradas no documento entregue ao governador do Estado e publicado n’*O Progresso*, sobre a campanha que estava acontecendo em Dourados, em favor da sensibilização e conscientização da comunidade para proteger o patrimônio material que estava exposto à especulação imobiliária. No documento foi exposto que:

Sabemos que, no roteiro das preocupações de seu Governo, consta o Casario do Porto, o Forte Coimbra, as Grutas de Bonito, os monumentos de Três Lagoas e Campo Grande, além de outros marcos históricos relevantes. Motivados por esta ação cultural de sua administração, deflagramos o referido movimento, que busca resgatar a esquecida presença e o desprezado papel, até então, do interior no curso de nossa história (O Progresso, 31/08/1984; destaques meus).

O movimento pelo “tombamento histórico” do Clube Social iniciou após o Encontro Regional de Cultura e foi uma proposta da diretoria do Centro Acadêmico de Letras-CALD da então Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-UFMS, campus Dourados. Este grupo

quando propôs o tombamento estava ciente da importância histórica que este espaço teve para Dourados durante décadas, porém uma questão pertinente era que o clube era composto por sócios, sendo assim era necessário conscientizá-los da importância do tombamento (*O Progresso*, 11-12/8/1984).

Conforme a reportagem d'*O Progresso* (11-12/8/1984) considerar a história do Clube era extremamente válidos para se pensar que ele era um espaço de utilidade pública, pois:

Representa mais de 30 anos de nossa história, aliás, ele é a própria história. Lá se promoveram os primeiros bailes, os inesquecíveis gritos carnavalescos; e seu peso cultural reside sobretudo, no fato de que em seu palco aconteceram os pioneiros “Festivais de Música” além dos imemoráveis “Concursos de Calouros”, que eram transmitidos ao vivo, na época, pela Rádio Clube de Dourados. O povo douradense via no Clube sua maior via de entretenimento, prática artística e interação social.

Para os organizadores do movimento em defesa do tombamento do Clube Social os fatores relevantes para a tal proposta eram: a importância histórica e a falta de um centro cultural, pois os douradenses careciam de um espaço adequado para tais atividades já que dependiam do anfiteatro do Centro Universitário de Dourados – Ceud. Estes aspectos foram apresentados na reportagem “Tombamento Histórico” do Clube Social destaque hoje no Encontro de Cultura”:

*Sua importância cultural e seu papel na formação da personalidade de nosso povo, convenceram um inúmero contingente de pessoas, que pesquisando seu passado e tentando compreender seu presente, despertaram para a necessidade urgente de se recuperar a memória através de um intenso movimento de consciência e mobilização. A carência de unidade física municipal, que acompanhe a impulsão do movimento artístico de nossa cidade e que proporcione uma justa perspectiva aos douradenses, inspirou a elaboração desse documento (*O Progresso*, 11-12/8/1984).*

Durante o Encontro Regional de Cultura foi aprovada a moção de apoio à campanha do tombamento histórico do Clube Social. A partir disto, caberia a este movimento independente pró-tombamento se organizar e fazer um levantamento histórico para sensibilizar a comunidade a preservar o espaço. O então diretor da Funced, Paulo Palhano, destacou a importância do Clube para a história da cidade e enfatizou a importância do apoio da FCMS, principalmente devido à falta de recursos da prefeitura, e foi apresentada a proposta da realização de um baile no antigo clube (*O Progresso*, 14/08/1984: 4).

No encontro foram feitos os seguintes encaminhamentos: o presidente da FCMS, José Octávio Guizzo, apoiou a iniciativa e se dispôs a dar um assessoramento jurídico e se empenhar para acelerar uma legislação em defesa do patrimônio no município, e o diretor

executivo da FCMS destacou que o “movimento passa por 3 etapas diferenciadas, a mobilização popular que caracteriza o interesse coletivo, o tombamento que descarta a especulação imobiliária e por último a destinação a ser dada para o bem cultural” (*O Progresso*, 14/08/1984: 4).

O movimento independente pró-tombamento do Clube Social aos poucos ganhou “forças” e iniciou várias atividades para mobilizar a sociedade douradense e assim concretizar esse tombamento. A imprensa apoiou o movimento, como foi o caso do jornal *O Progresso*, que constantemente publicava reportagens sobre a história do clube e depoimentos dos sócios que eram a favor do tombamento. É importante ressaltar que Weimar Gonçalves Torres, fundador do periódico, foi também um dos fundadores do clube.

Como já mencionado, uma das principais questões envolvidas neste tombamento era a organização administrativa do clube, ou seja, existiam os sócios e eram estes que decidiam o destino do clube. O presidente deste, Luiz Augusto de Oliveira, era contra o tombamento e para ele o seu principal objetivo era fazer com o que o clube retomasse as suas atividades habituais; dizia ainda que, com relação ao baile proposto pelo movimento, o clube não tinha condições de receber tal evento (*O Progresso*, 18-19/09/1984).

O posicionamento contrário do presidente não interferiu nas ações do movimento independente pró-tombamento do Clube Social, que entre os anos de 1984 e 1986 recebeu apoio da comunidade artística sul-mato-grossense e douradense, dos sócios, dos professores universitários, dos estudantes e organizou um abaixo-assinado.

Sobre a participação dos professores universitários menciona-se o depoimento do professor Biasotto (2014):

então nós empreendemos o pessoal da história, o pessoal da geografia, é eu me lembro muito bem que o Laerte Tetila e eu estávamos a frente desse movimento e nós fizemos abaixo - assinado, fizemos um movimento, fomos na casa do presidente do Clube levar um dossiê mostrando a importância do Clube, mostrando que o clube não podia ser destruído, que ele precisava ser preservado como patrimônio histórico e aí a esposa do presidente, eu não vou falar o nome porque não lembro tá, não lembro mesmo quem era o presidente, mas a esposa falou assim, olha professores, ela era mais velha que nós, nós éramos ainda bem mais jovem, olha professores eu vou dar um conselho pra vocês, Dourados precisa de progresso, não precisa dessa velharia, precisamos de progresso, nós temos uma cidade que tem que ser uma cidade moderna, e nós saímos de lá muito frustrados, fizemos um movimento fomos lá na frente do Social bater bumbo, gritar e espernear [...]

Além da participação dos professores universitários e acadêmicos o movimento contou com o envolvimento da classe artística sul-mato-grossense, sendo uma das principais ações desse grupo a pintura do muro da Escola Municipal Joaquim Murtinho, realizada no dia 1/5/1985. Essa ação, organizada pelo movimento independente pró-tombamento do Clube Social, teve a participação do pintor, escultor e entalhador Ilton Antunes da Silva, de Campo Grande e os artistas Mary Slessor, Sônia Giraldi, Alcir de Souza (Cisinho), acadêmicos do curso de Educação Artística da Socigran e os alunos própria escola; contou com o apoio da loja BRASINTAS e da Funced (*O Progresso*, 3/5/1985).

Ao longo dos anos de 1985 e 1986 este movimento independente continuou sua atuação para evitar a venda do Clube Social e transformar este espaço como um centro de cultura, que atendesse a toda a sociedade douradense. Foram diversas atividades realizadas, procurando sensibilizar a população da importância do tombamento, entrega de documentos para a FCMS, reportagens publicadas nos jornais da época, cartazes e abaixo-assinados.

Com relação a atuação da prefeitura municipal e dos vereadores é interessante apontar duas questões específicas, que nos remete a uma discussão que permeou não somente pela questão de preservação do patrimônio, mas uma disputa de poder e interesses políticos e econômicos.

Em reportagem concedida ao jornal *O Progresso* (20/12/1984) o então diretor da Funced foi questionado sobre os motivos que levaram a fundação a não entrar na luta em prol do tombamento do CSD, e este relatou que:

A Fundação não pretende nunca em se constituir em um órgão monopolizador da cultura douradense [...] No caso do tombamento do Clube Social de Dourados, existe uma trajetória e uma estratégia estabelecida, numa ação sincronizada entre o Centro Acadêmico de Letras e a Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul. Achamos a discussão sobre o assunto da maior importância e reconhecemos o patrimônio histórico representado pelo Social.

Apesar de toda a organização e a mobilização feita pelo movimento independente pró-tombamento este não conseguiu impedir que os interesses imobiliários prevalecessem e assim o Clube Social foi vendido. No dia 02/10/1986, na capa d'*O Progresso* foi publicado: “25 pessoas acabaram com o sonho de ‘tombamento’ do Clube Social”. Conforme as informações desta notícia no terreno vendido seria construído um edifício e o clube receberia dentre alguns dos “benefícios” uma loja no 1º andar.

Sobre a questão do “tombamento” do clube e a transformação do espaço em um centro cultural, o Dr. Mário Sérgio de Oliveira, secretário do conselho deliberativo do clube, na época, informou:

Admitimos que esta cidade precisa de uma casa para abrigar o Centro Cultural, mas acho que o poder público precisa construí-lo num local mais adequado, onde possa ter um bom estacionamento, e um terreno mais barato. O terreno permutado custa em torno de 8 milhões de cruzados, e para uma reforma atual do prédio seria necessário mais 10 milhões de cruzados. Em contrapartida, o município, que possui vários terrenos baldios, gastaria menos de 5 milhões de cruzados para construir um Centro Cultural (O Progresso, 02/10/1986: 3).

Apesar de todo o movimento, que incluiu as etapas de sensibilização e manifestação em defesa do tombamento do Clube Social de Dourados - CSD, o imóvel foi vendido e o Centro Cultural não foi construído.

4. Conclusões

A memória é um aspecto valioso para se pensar este primeiro movimento de defesa da preservação do patrimônio histórico douradense. O Clube Social foi construído num terreno doado e com dinheiro arrecadado e concedido por parte da população, para algumas pessoas que participaram desta ação o prédio edificado era a possibilidade de deixar marcado seu nome na história na cidade; espaço de convivência, de sociabilidade, de lembranças de um passado que marcou a época de quem o frequentou. Estes sentimentos é que possibilitaram a sensibilização de muitos sócios do clube a apoiar o movimento.

Conhecer a história do movimento Independente Pró-Tombamento do Clube Social de Dourados – MIPTCSD – é pensar também a cidade e seus grupos sociais, que se articularam pensando em dois aspectos para o desenvolvimento do segmento cultural: a preservação do patrimônio histórico-cultural e a importância de se ter um espaço para atividades culturais. Sobre este grupo menciona-se que este era formado principalmente por intelectuais e artistas, que estavam “reaparecendo” com sua arte e suas ideias após anos de ditadura-civil-militar.

Outra questão relevante ao longo deste período são as relações de poder, estas estabelecidas através do poder do Estado, que articula ações pensando na formação de uma identidade sul-mato-grossense e estas interferem diretamente nas ações da população que conseguem assimilar sua proposta.

A disputa de poder e de espaço também estão presentes entre os segmentos da sociedade que participaram do movimento, neste caso os sócios-proprietários do CSD *versus* MIPTCS, pois entendem diferentemente como deve ser construída a cidade e o que deve ou não ser valorizado e preservado.

O insucesso deste movimento, que buscou sensibilizar a população para o tombamento do Clube Social, não o levou a render-se, após a derrota para a especulação imobiliária. O que apresento aqui é que, após este movimento, o grupo continuou atuando na preservação do patrimônio cultural, na cultura e na construção do Centro Cultural, pois incentivou o surgimento de outras manifestações, como foi o caso do movimento de preservação da *Usina Velha*.

Fontes citadas

ASSIS, Augusto. O programa de trabalho da Fundação de Cultura de MS. *Executivo Plus*. Campo Grande, ano 1, nº 4, p. 36, jun. 1984.

_____. Parto Cultural. *Executivo Plus*. Campo Grande, ano 1, nº 1, p. 25, fev. 1984.

ENCONTROS REGIONAIS DE CULTURA, 1984.

O Progresso

Entrevista

Wilson Valentin Biasotto. Dourados, 25 de novembro de 2014.

Referências bibliográficas

CAETANO, Gilmar Lima. *A música regional urbana e identidades culturais de Mato Grosso do Sul: questões a partir da musicologia histórica*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

CHAGAS, Wagner Cordeiro. *As eleições de 1982 em Mato Grosso do Sul*. 2014. 200f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. *Cultura e democratização na Constituição Federal de 1988. A representação de interesses e sua aplicação ao Programa de apoio à Cultura*. Rio de Janeiro, Letra Legal, 2004.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Nº 24, p. 152-163. 1996. Disponível em: <
<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviphan&pagfis=8429&pesq=>>.
Acesso em: 17 de abril de 2015.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro:Zahar, 2006.

RODRIGUES, Marly. *A década de 80, Brasil: quando a multidão voltou às praças*. Editora Ática, SP. 1992

VIEIRA, Evaldo. Brasil: golpe de 1964 à redemocratização. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Editora SENAC, 2000, p. 185-218.

ZILIANI, José Carlos. *Tentativas de construções identitárias em Mato Grosso do Sul (1977-2000)*. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Dourados. 2000.